

EIXO TEMÁTICO 11 | QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL**INFÂNCIA NO E DO CAMPO: as particularidades da infância sem
terrinha****CHILDHOOD IN AND FROM THE COUNTRYSIDE: the particularities of childhood
without a land****Larah Nataly Fontes Brito¹****RESUMO**

No presente trabalho é abordado a infância no e do campo no cenário brasileiro, tendo como objetivo geral conhecer as particularidades da infância no e do campo no Brasil tomando como mediação a organização dos Sem Terrinha no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os Sem Terrinhas, embora não representem a totalidade do que se pode apreender como infâncias no e do campo, evidenciam uma expressão importante dessas infâncias que se gestam na dinâmica das populações camponesas no Brasil, apresentando particularidades indissociáveis da perspectiva de organização, educação e de luta social empreendida pelo MST, movimento social de referência no país por sua resistência e luta no campo, forjado na complexa teia que conforma a questão agrária brasileira. Para essas crianças o Estado tem sido mínimo em respostas por meio das políticas sociais, mas não economiza esforços quando intervém com seu aparato repressor frente às manifestações de resistência camponesinato.

Palavras-chave: Infância. Campo. MST. Sem terrinha. Estado.

ABSTRACT

This paper discusses childhood in and of the countryside in Brazil, with the general objective of learning about the particularities of childhood in and of the countryside in Brazil, using the organization of the "Sem Terrinha" in the "Movimento Sem Terra" (MST) as a mediator. Although the Sem Terrinhas do not represent the totality of what can be understood as childhoods in and of the countryside, they are an important expression of these childhoods that are gestated in the dynamics of Brazil's rural populations, presenting particularities that are inseparable from the perspective of organization, education and social struggle undertaken by the MST, a social movement of reference in the

¹ Universidade Federal de Sergipe. Graduada em Serviço Social e Mestranda em Serviço Social. E-mail: larah_nataly@hotmail.com

country for its resistance and struggle in the countryside, forged in the complex web that shapes the Brazilian agrarian question. The state has provided minimal responses to these children through social policies, but it spares no effort when it intervenes with its repressive apparatus in the face of manifestations of peasant resistance.

Keywords: Childhood. Countryside. MST. "Sem Terrinha". State.

1 INTRODUÇÃO

O despertar do interesse para estudar sobre a infância no e do campo e, particularmente, sobre os Sem Terrinha no MST (Movimento Sem Terra), veio da preocupação com as permanentes negligências do Estado brasileiro para com os/as trabalhadores/as do campo acampados e assentados. O primeiro contato que tive com os estudos sobre a população do campo foi no ambiente acadêmico em um Projeto de Iniciação à Pesquisa Científica (PIBIC), em que fiquei por um ano estudando e produzindo sobre a população rural e os conflitos no campesinato. Através dessa vivência surgiu em mim a curiosidade em saber como a infância se desenvolve nesse cenário de embate com intenções tão diferentes entre Estado e camponeses.

Para se entender a sociedade capitalista é preciso perceber que ela está sempre em contradição e crise, a obra marxiana é uma pesquisa para justamente entender as relações econômicas e políticas. No materialismo — método utilizado para desenvolvimento e articulações da pesquisa — a compreensão da realidade se efetiva pelos detalhes que são fornecidos quando captados em uma totalidade, nessa perspectiva, o homem concreto se constitui como sujeito e objeto da história. Portanto, o método marxiano nos mostra que é necessário partir do real, do concreto e da visão do todo para chegar a conceitos de análises concretas (MASSON, 2007)

Para tanto, foram traçados quatro objetivos específicos: levantar a produção acadêmica recente (2010 a 2021) sobre as categorias “infância no campo” e “infância do campo” e sobre os “Sem Terrinha no MST”; caracterizar a organização dos Sem Terrinha, considerando aspectos da sua história, a perspectiva de educação que orienta a sua formação e sua participação na luta social por terra; apreender a noção de infância existente no MST e possíveis particularidades da infância Sem Terrinha; analisar o acesso das crianças Sem Terrinha aos principais direitos fundamentais da criança e do adolescentes previstos no ECA e qual tem sido a participação do Estado na garantia desses direitos

A realização do estudo, tomei as seguintes fontes: artigos, monografias, dissertações e

teses defendidas, principalmente, em programas de pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), entre outras Universidades Federais do Brasil, no período recente (2010 a 2022), que tratam sobre o tema, bem como, páginas eletrônicas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Para o acesso aos trabalhos no repositório institucional da BICEN (Biblioteca Central)/UFS e de outras Universidades Federais, utilizamos um filtro de busca por palavras-chave relativas ao objeto da pesquisa, tais como: "infância do campo", "infância no campo", "sem terrinha"; "infância e MST"; "infância do campo no Brasil" entre outras que foram se mostrando relevantes no decorrer da pesquisa. Também realizei levantamento de dados em páginas eletrônicas/redes sociais do MST, com vistas a complementar informações a seu respeito.

2 QUESTÃO AGRÁRIA E O MST (MOVIMENTO SEM TERRA)

É imprescindível compreender o campo brasileiro enquanto contexto pertencente a uma nação que se desenvolve para exportação de produtos cultivados em seus latifúndios, com lutas sociais por parte dos trabalhadores em prol da divisão social das terras e às refrações sofridas por camponeses e suas famílias neste processo de luta. Quando esses camponeses utilizam a ocupação da terra, em certa medida, estão buscando romper com a estrutura individualista de sociedade, proporcionando às famílias, que ali passarão a residir, um processo de mudança na forma de pensar o mundo e suas contradições. Ocupar o latifúndio da terra, para as famílias, é muito mais que romper as cercas, é romper com a história burguesa, com crenças e ideários que até então tinham determinado suas vidas.

É neste contexto de busca por transformação social e de escassez enfrentadas pelas famílias do campo que se desenvolve em um território permeado pelos interesses do capital, onde não há subsídios para o acesso a direitos básicos como saúde, educação, lazer, etc (RAMOS; AQUINO, 2019). A realidade dos sem-terra no campo é permeada pela precariedade dos direitos operacionalizados pelo Estado, e a vivência das crianças nesse mesmo espaço não se faz diferente. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), sendo parte do que representa a luta e a resistência do campesinato, teve a sua gênese no sul do país, composto por camponeses que acabaram perdendo as suas terras e conseqüentemente o seu trabalho devido a modernização conservadora que propiciou o crescimento econômico da agricultura para o capital, resultando mais ainda na concentração da propriedade da terra e a expulsão dos

camponeses (ALMEIDA, 2017). Com isso, as organizações que deram origem ao MST aconteceram com destaque no sul do país tendo apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que era vinculada à Igreja Católica.

É relevante destacar como o MST se caracteriza como resistência frente aos avanços do agronegócio no Brasil, haja vista que o país possui o seu desenvolvimento histórico e econômico baseado em latifúndios e monoculturas para exportação, implicando numa redução das terras utilizadas para subsistência dos povos camponeses, os quais retiram da terra não somente o alimento, mas através desta prática desenvolvem sua cultura e atuam em prol da sua permanência no campo através de atos de manifestação e ocupações.

De acordo com Bem e Silva (2020), o campo é o lugar em que se constroem e se constituem relações sociais, culturais, modos de vida, tais como a relação de vivência com a terra, a escola e a luta pela terra. Existe uma infância que se edifica e se robustece no campo possuindo diversas faces tendo em vista os múltiplos cenários brasileiros. As infâncias do campo também acabam sendo múltiplas justamente por conta desse cenário (campo) que também é múltiplo, estão presentes crianças quilombolas, pantaneiras, indígenas, ribeirinhas, crianças integrantes do MST e diversas outras (ROCHA, 2013 apud Bem e Silva, 2020).

3 INFÂNCIA NO E DO CAMPO

Araújo (2016) destaca a relevância das lutas do MST para o estabelecimento da infância do campo enquanto categoria que possui necessidades intrínsecas para o seu desenvolvimento e está inserido em uma realidade marcada pela luta social por terra e pelo avanço do agronegócio e interesses mercadológicos. É a partir da vivência diária nas lutas sociais por terra que a criança se desenvolve entendendo o modelo societário no qual o campo está inserido, o modo de produção capitalista, e como os interesses voltados à lucratividade e a utilização da terra para o agronegócio interferem no acesso à terra por parte da população que não está atuando em favor da engrenagem capitalista.

Nogueira e Santos (2018) apontam para o olhar da construção do MST sobre as crianças no interior do movimento e do contexto social no qual estão inseridas, ressaltando suas bases teóricas inspiradas nos escritos de Paulo Freire, com a perspectiva da autonomia da criança enquanto sujeito ativo e crítico, a fim de compreender a sua realidade e lutar por sua transformação. E apontam para as experiências em relação à vida coletiva das crianças nos

assentamentos, o brincar que desenvolvem com os recursos naturais a que têm acesso, o viver em comunidade e conhecer seus vizinhos desenvolvendo um diálogo e uma concepção de coletividade.

As crianças são reconhecidas como sujeitos sociais pelo MST e precisam de proteção ao mesmo tempo que são crianças que lutam junto ao movimento. Dessa forma, o movimento apresenta preocupações em planejar e executar uma pedagogia personalizada para a infância, são encontrados materiais e organizações dentro do MST voltados para as crianças. Essa infância vivida no MST é organizada em um movimento específico já que o próprio MST tem esse olhar de preocupação para com as crianças.

4 OS SEM TERRINHA

Os chamados Sem Terrinha são meninos e meninas que possuem a formação da sua identidade na classe trabalhadora desde cedo. É notório observar que o movimento passou a pensar e criar espaços coletivos para as crianças, como por exemplo, as Jornadas Sem Terrinhas realizadas desde 1996 são importantes espaços de visibilidade a realidade vivida por essas crianças que são acampadas e assentadas (BARROS, 2010) e até os anos de 2020 ainda permanecem fortemente organizadas e acontecendo com periodicidade.

A infância Sem Terrinha é construída em meio a um contexto de luta social por terra. Neste contexto, a infância enfrenta dilemas quanto ao acesso de direitos como educação e saúde que devem ser assegurados pelo Estado. Não obstante, no interior do próprio movimento há o desenvolvimento de uma metodologia particular, com práticas educativas que fortalecem a coletividade, proporcionam a compreensão da sua história e valores, com uma educação que reforça a identidade dos Sem Terra. A compreensão da educação enquanto um ato político permite ao MST a construção de uma pedagogia alicerçada em sua história, projeto político de desenvolvimento cultural e econômico, cujos valores estão associados a transformação da sociedade, critica a estrutura de classes da sociedade capitalistas, e o desenvolvimento de uma nova mulher e novo homem, os quais estão atrelados a valores humanistas que atuam em oposto a barbárie da sociedade capitalista (BARBOSA; SALES, 2018).

A criança Sem Terrinha se forma no movimento da luta na perspectiva da organização do coletivo infantil como lutadoras e construtoras da história da infância no MST. Nesse processo é iniciada a luta pelo direito ao acesso à escola dentro dos acampamentos e

assentamentos, combatendo a escola burguesa que discrimina as crianças pobres, Sem Terra, as crianças negras e as crianças indígenas ao negar-lhes o direito à educação. (RAMOS ; AQUINO, 2019)

De acordo com Barbosa e Sales (2018) três aspectos influenciaram para o desenvolvimento da educação infantil no campo e o desenvolvimento de uma metodologia pedagógica: a necessidade de inserção da mulher nos trabalhos coletivos, associações e cooperativas do MST, assim como a necessidade da inserção desta nas atividades da militância do movimento, e a necessidade do aprofundamento sobre a infância sem terra e a formação de seus educadores (as). As Cirandas se desenvolveram no setor da produção, cooperação e meio ambiente, para contribuir na inserção da mulher no setor produtivo, surgindo concomitantemente aos debates da questão de gênero, trabalho e coletividade (ROSSETO, 2010, p. 109).

As Cirandas Itinerantes acompanham o movimento de luta que muitas famílias enfrentam nas ocupações que realizam, estas possuem data para começar e terminar, de modo a proporcionar um cuidado com as crianças enquanto seus pais estão na linha de frente pelo acesso à terra. Rosseto (2010) também destaca a escassez de recursos para o desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos, mas que estes não impedem a realização das atividades educativas para com as crianças sem terrinha. Rosseto (2010) aponta que as Cirandas são mantidas por Cooperativas, Centros de formação e pelo próprio MST, com a finalidade de educar as crianças para sua emancipação humana dentro da sua própria linguagem e necessidades condizentes com a faixa etária dos/as pequeninos/as.

5 ESTADO E OS SEM TERRINHA

As crianças Sem Terrinha em todo o país convivem com diferentes tipos de situações de violação dos seus direitos e, conforme já fora mencionado, grande parte dessa violência é praticada pelo Estado ao negar às suas famílias e grupos sociais o acesso a amplas políticas sociais, o que resulta na desproteção quanto à alimentação, à educação, à saúde e à moradia, elementos determinantes na formação da criança (RAMOS; AQUINO, 2019).

Mandel (1982) aborda quanto aos estudos presentes no marxismo clássico sobre as funções do Estado enquanto instituição que assegura as condições necessárias para a manutenção do sistema de produção, sistema esse que não consegue ser mantido apenas por

interferência da classe dominante, haja vista que o Estado funciona como um intermediador entre os interesses dominantes sobre as classes dominadas, de modo que também atua para coibir possíveis manifestação das classes dominadas por meio de aparatos jurídicos, policiais e pelo sistema penitenciário, por exemplo.

Somado a isto, o Estado na sociedade capitalista, também possui a função de integrar esta classe dominada, a fim de adotarem para si a ideologia desenvolvida pela classe dominante, através por exemplo, da educação, moral, cultura, lei, política, filosofia etc., assim como também a aceitar a sua exploração de forma passiva e inevitável para o funcionamento da sociedade. Mandel (1982) também destaca que ao compreender que a atuação do Estado não pode ser meramente repressiva, fato este que viria causar uma guerra civil, seus interesses relacionados a ideologia dominante passam a ser transfigurados por meio da intervenção na moral que orienta a sociedade, suas leis que regem o comportamento, a educação para reprodução dos interesses lucrativos do capital.

Associando tal debate sobre as funções do Estado e sua subserviência aos interesses do capital, Behring (2016) destaca como no processo de redemocratização do Brasil, o Estado, a favor dos interesses neoliberais que chegaram ao Brasil, adotou um processo de contrarreformas, haja vista seu caráter contrário aos interesses emancipatórios e democráticos defendidos pela classe trabalhadora, corroborando para um contexto de maior presença dos interesses de mercado nas decisões do Estado e redução dos direitos que outrora foram conquistados nos anos iniciais de redemocratização.

Todas as crianças são juridicamente sujeitos de direitos possuindo todos os direitos humanos fundamentais que devem ser reconhecidos e efetivados pelo Estado, como por exemplo, direito à vida, ao lazer, à educação, à saúde, à integridade física e moral, à convivência familiar e comunitária. Através da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA) as crianças brasileiras são inseridas no âmbito dos direitos humanos que as iguala em todas as condições gerais com as outras pessoas. O processo de construção da infância no campo é pautado no embate entre a desigualdade e a luta para a conquistas de instrumentos legais para as crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, trabalhadores sem-terra, quilombolas e entre outros (CALDART et.al, 2012).

Não existe o reconhecimento das legislações por parte do Estado que garantam os direitos às populações do campo e denuncie a omissão do Poder Público em garantir esses

direitos. Dessa forma, a população do campo busca o suprimento das necessidades básicas, como educação, saúde, segurança e entre outros, não somente a luta pela terra.

Um dos impedimentos ao acesso da infância no campo à educação está diretamente ligado à distância que ficam as Instituições de ensino e os locais de moradia, fazendo com que as crianças acordem muito cedo e tenham longas caminhadas para poder estudar, o transporte escolar é precário e insuficiente para atender essas demandas.

Desde muito pequenas essas crianças possuem uma vivência baseada em luta, ocupações de terra e diversos outros fatores dentro desses âmbitos, são crianças que apesar de todas essas dificuldades possuem a liberdade e a natureza como pilares fundamentais para construção da vida (ARAÚJO, 2016).

Segundo dados do site do MST outro desafio é a falta de apoio do Poder Público às famílias para construções de espaços que permitam o ensino. Diante disso, o número de escolas no campo caiu significativamente nos últimos anos. Segundo o Censo Escolar, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), em 2008 existiam no Brasil mais de 85 mil escolas rurais públicas e em dez anos esse número caiu para mais de 56 mil escolas. Um grande exemplo desse processo de sucateamento do direito à educação é o que ocorre no estado de Sergipe onde, de acordo com achados da autora Elis Correia (2018).

Sobre o número de escolas rurais extintas no Estado, percebemos, através da análise dos Censos Escolares, que houve um gradativo aumento entre os anos de 2007 e 2011. Em 2007 foram extintas 09 escolas do campo; em 2008, 16 unidades; em 2009, mais de 15. Em 2010, houve 20 novas extinções e em 2011 somamos mais 33 escolas extintas. Um considerado aumento aparece no ano de 2012, quando tivemos um total de 73 escolas rurais decretadas como extintas. Em 2013, se mantém a média observada nos anos anteriores a 2012: fecham-se 28 escolas. Em 2014 foram 39 extinções e em 2015 observamos outro aumento considerável: 63 escolas deixaram de funcionar, conforme observamos no gráfico abaixo. Realizamos uma soma de todas as escolas extintas durante o período estudado e temos um total de 296 unidades (BRASIL, 2015b apud CORREIA, 2018 p.98).

O processo de educação no e do campo exige compreender as considerações e as necessidades e especificidades de um ensino pensado para os moradores do campo, uma educação pensada de acordo com as vivências no campesinato evitando o deslocamento para as escolas urbanas (OLIVEIRA, 2015). É importante diferenciar os conceitos de educação rural e

educação do campo. A educação rural ganhou força no Brasil no ano de 1920 através do surgimento do termo “ruralismo pedagógico” com a finalidade de aumentar a produção, conter o êxodo rural e manter o homem do campo no campo. Para o Ministério da Educação existem outros fatores da mudança da educação rural para a educação do campo, não somente apenas uma crítica à escola rural, mas o início das propostas de desenvolvimento para o campo voltadas ao agronegócio e na exploração indiscriminada dos recursos naturais (OLIVEIRA, 2015).

6 CONCLUSÃO

A partir do presente trabalho foi possível realizar um movimento de leitura e compreensão mais aprofundado quanto à temática da infância no e do campo. Inicialmente, buscou-se a compreensão de como a infância foi construída ao longo da história até se configurar da forma como atualmente a conhecemos. No Brasil, notou-se como, inicialmente, a infância obtinha regalias e benefícios quando associado à classe social mais alta, estando subjugadas ao trabalho braçal e à uma vida precária às crianças filhas de proletários. Não obstante, após a promulgação da CF de 1988, e as lutas sociais em prol de direitos para classe trabalhadora, e o entendimento da infância como uma faixa etária que necessita de uma atenção específica, houve também a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, como marco legal para a proteção social para a infância por meio da família, sociedade e do Estado.

Para compreender melhor sobre a infância no campo, foi necessário apreender o contexto do campo no Brasil, a atualidade e agravamento da questão agrária brasileira, o movimento de luta social por terra empreendido pelo MST e a dicotomia entre sua busca pela reforma agrária e os avanços do agronegócio. A partir da compreensão do campo enquanto espaço de vivência do MST, foi possível apreender sua preocupação com a infância, os trabalhos realizados no interior do movimento voltado às suas crianças e a própria perspectiva que o movimento assume ao reconhecer a criança enquanto ser autêntico, cuja educação deve ser orientada sob uma perspectiva crítica da sociedade e emancipatória.

As crianças moradoras em áreas rurais vivem suas experiências de vida a partir das relações estabelecidas no campo, ou seja, através de conhecimentos que são ensinados de geração em geração. É preciso conhecer essa infância e resgatar esses sujeitos no ambiente escolar, seu modo de vida, seus vínculos de pertencimento, sua dinâmica de trabalho, não em

uma perspectiva capitalista, mas como formação e constituição do trabalho, como aprendizado de vida, reconhecendo a importância de seus saberes para a construção do aprendizado das crianças.

São frequentes as tensões e as lutas por políticas públicas que possam garantir o acesso dos camponeses à educação escolar em seu território. Ademais, os movimentos sociais são contra a retirada dos povos do campo para estudarem nas escolas urbanas, como também, são contrários aos transportes escolares sem condições mínimas de segurança. A defesa pelo direito à educação é fundamental não apenas para aumentar as taxas de alfabetização no Brasil, mas para concretizar uma educação que favoreça a garantia dos outros direitos, como pilar da cidadania e igualdade social.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rejane Cleide Medeiros de. **Práxis política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)-TO: trajetória de organização e formação política**. 2017. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2108>. Acesso em: 15 de ago. de 2022.
- ARAÚJO, Elis Regina Nunes Mota. **O cotidiano da infância e das práticas educativas da educação do campo: categorias em construção na história da educação**. Tese (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4750>. Acesso: em 30 de maio de 2022.
- BARBOSA, Lia Pinheiro; SALES, Mirna Sousa. **A infância Sem Terra em movimento na luta por escola, terra e dignidade**. Temáticas, v. 26, n. 51, p. 119-148, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11619/6931>. Acesso em: 24 de maio de 2022.
- BARROS, Monyse Ravenna de Sousa. **Criança é sujeito: A Comunicação dos Sem Terrinha**. Tese (Dissertação em História) - Universidade Federal do Ceará. 2010. Disponível: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26165/1/2010_tcc_mrdsbarros.pdf. Acesso 30 de maio de 2022
- BEM, Geralda Maria de; SILVA, Cícero Nilton Moreira da. **Algumas reflexões de infância no e do campo**. [s.l], 2020. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/1009>. Acesso em 05 de abril de 2022.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social** [livro eletrônico]: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2016.
- CALDART, Roseli Salete et.al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 05 de julho de 2022

MANDEL, Ernest. O capitalismo Tardio. In: **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultura, 1982.

MST. **Jornada Sem Terrinha: resistência e luta em tempos de pandemia**. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/09/30/jornada-sem-terrinha-resistencia-e-luta-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em 6 set. de 2022

MASSON, Gisele. **Materialismo histórico e dialético: uma discussão sobre as categorias centrais**. Prax Educativa, Ponta Grossa, jul-dez, 2007.

NOGUEIRA, Christina Gladys de Mingareli; SANTOS, Isabelle Mingareli N. dos. **A participação política da criança no movimento sem terra; entrevistando a militante Karine dos Santos Vanderley**. Pernambuco, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11636>. Acesso em 30 de maio 2022.

OLIVEIRA, Fernanda Alves de; MORAIS, Frederico Dourado Jr. A efetivação de direitos e a educação da criança do campo. In: **Fragmentos de cultura**, Goiânia, v. 25, n. 1, p. 93-103, jan./mar. 2015. Disponível em : <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/download/4160/2382>. Acesso 22 de julho de 2022.

RAMOS, Márcia Mara ; AQUINO, Ligia Leão de. **As crianças sem terrinha e as mobilizações infantis no Brasil**. Prax. Saber [online]. 2019, vol.10, n.23, pp.157-176. ISSN 2216-0159. <https://doi.org/10.19053/22160159.v10.n23.2019.9728>. Acesso em 30 de maio de 2022

ROSSETTO, Edna. **A educação das crianças pequenas nas cirandas infantis do MST**. Campinas. Disponível: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/ML/article/view/1912>. Acesso em 30 de maio 2022.